



2006-2026
20ANOS

RESUMO EXECUTIVO

Medo do crime e eleições 2026: os gatilhos da insegurança



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

Datafolha
INSTITUTO DE PESQUISAS



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

Datafolha
INSTITUTO DE PESQUISAS

RESUMO EXECUTIVO

Medo do crime e eleições 2026: os gatilhos da insegurança



FICHA INSTITUCIONAL

Diretor Presidente

Renato Sérgio de Lima

Diretora Executiva

Samira Bueno

Gerente de Programas

David Marques

Gerente de Relações Institucionais

Juliana Martins

Gerente de Projetos e Dados

Isabela Sobral

Coordenadores Temáticos

Cauê Martins

Juliana Brandão

Leonardo Silva

Pesquisadores Sêniores

Aiala Couto

Ariadne Natal

Rodrigo Chagas

Equipe Técnica

Marina Bohnenberger

Beatriz Schroeder

Ana Clara Coelho

Deise Nunes

Raquel Sousa

Thais Bueno

Artur dos Santos (estagiário)

Gabriela Oliveira (estagiária)

Gerente Administrativa e Financeira

Débora Lopes

Analista Administrativa e Financeira

Michelle Bulhões

Assistente de Diretoria

Letícia Conceição

Equipe Administrativa

Elaine Rosa

Sueli Bueno

Conselho de Administração

Presidente: Cássio Thyone A. de Rosa

Presidente de Honra: Elizabeth Leeds

Conselheiros

Alan Fernandes

Bartira Macedo de Miranda

Cássio Thyone A. de Rosa

Denice Santiago

Edson Ramos

Lívio José Lima e Rocha

Marlene Inês Spaniol

Daniel Cerqueira

Arthur Trindade M. Costa

Paula Ferreira Poncioni

Juliana Lemes da Cruz

Conselho Fiscal

Renato de Alcino Vieira

Roberto Uchôa

Sandoval Bittencourt

FICHA TÉCNICA

RESUMO EXECUTIVO

MEDO DO CRIME E ELEIÇÕES 2026: OS GATILHOS DA INSEGURANÇA

FBSP

Renato Sérgio de Lima

Samira Bueno

Isabela Sobral

Ana Clara Coelho

Projeto gráfico e diagramação

Oficina 22 Estúdio Design

Gráfico e Digital

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária responsável: Maria Claudia Pink L. Dalcorso – CRB 8/7504

F636m

Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Medo do crime e eleições 2026: os gatilhos da insegurança. [livro eletrônico] / Renato Sérgio de Lima ; Samira Bueno (coord.). São Paulo: FBSP, 2026.

Recurso digital, 16 p.: il. color.

Formato: PDF

Inclui bibliografias.

ISBN: 978-65-89596-52-3

Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/>

1. Segurança pública. 2. Medo do crime. 3. Vitimização criminal. I. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. II. Título.

23. ed. CDD 364.4

Como referenciar:

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Medo do crime e eleições 2026:** os gatilhos da insegurança [livro eletrônico]. São Paulo: FBSP, 2026. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/>. Acesso em: -

A presença do crime organizado no cotidiano da população

- 41,2% dos brasileiros com 16 anos ou mais reconhecem a presença, em seu bairro, de grupos criminosos organizados ligados ao tráfico ou a milícias, o equivalente a 68,7 milhões de pessoas. Isso sugere que a atuação desses grupos não é percebida como fenômeno excepcional ou restrito a áreas muito específicas, mas como uma experiência socialmente disseminada.
- Quando se observa o recorte territorial, verificamos que a percepção da presença desses grupos é maior em grandes cidades: nas capitais, 55,9% afirmam que há crime organizado atuando no bairro; nos outros municípios da região metropolitana, esse percentual é de 46,0%; no interior, cai para 34,1%. Há, portanto, um gradiente territorial: a presença percebida é maior onde há maior densidade urbana, mercados ilícitos mais robustos, disputas territoriais mais intensas e maior capacidade desses grupos de ordenar a vida local.
- Entre os que percebem a presença desses grupos no bairro de moradia, a atuação raramente aparece como invisível ou marginal. Apenas 9,0% a classificam como nada visível, enquanto 43,4% a consideram pouco visível, 21,1% visível e 25,3% muito visível. Se somarmos “visível” e “muito visível”, chegamos a 46,4%, o que representa cerca de 31,9 milhões de pessoas; se acrescentarmos “pouco visível”, quase a totalidade reconhece algum grau de manifestação concreta. Isso é importante porque

indica que a presença do crime organizado, mesmo quando não se impõe de forma ostensiva, é percebida no cotidiano local.

- Quando a pesquisa pergunta sobre o quanto esses grupos influenciam as decisões e regras de convivência do bairro, 34,9% dizem que esses grupos influenciam muito e 26,5% que influenciam moderadamente. Somados, são 61,4% reconhecendo influência forte ou intermediária, cerca de 42,2 milhões de pessoas vivendo em contextos nos quais o crime organizado é percebido como força que regula a vida local. Se incluirmos os que dizem que influenciam pouco (19,0%), chegamos a 80,4% percebendo algum nível de influência.
- Os dados sugerem que, para a maioria daqueles que reconhecem a presença de grupos criminosos organizados no bairro de residência, eles não são apenas atores criminais que cometem delitos: são agentes que interferem nas normas de convivência, nos comportamentos e na vida coletiva. Esse é um indício muito forte de que o crime organizado é percebido como forma de poder local, exercendo uma governança criminal nesses territórios.
- Pensando especificamente na regulação da vida cotidiana, quando questionados sobre medos ou mudanças de comportamento em função da criminalidade organizada, 81,0% dizem ter medo de ficar no meio de confronto armado, 74,9% evitam frequentar certos locais, 71,1% temem que um familiar se envolva com o tráfico, 65,2% evitam circular em determinados horários, 64,4% têm medo de sofrer represálias por denunciar crimes e 59,5% evitam falar sobre política. Percentuais menores relatam coerção econômica explícita, como sentir-se obrigado a contratar serviços indicados pelo crime organizado (12,5%) ou comprar produtos e marcas impostos por esses grupos (9,4%).
- Do ponto de vista da vitimização daqueles que residem em bairros cuja presença do crime organizado é percebida, verificamos que os níveis de vitimização são mais elevados do que o encontrado na média nacional. Sobre ter sido vítima de alguma forma de violência nos últimos 12 meses, enquanto o brasileiro médio teve 40,1% de prevalência, entre os que residem em bairros com presença de facções ou milícias subiu para 51,1%. Ou seja, a presença percebida de crime organizado no bairro aparece associada a um salto de cerca de 11 pontos percentuais na vitimização geral.
- As diferenças mais significativas aparecem em um conjunto de experiências que combina crime patrimonial, violência letal indireta e violência interpessoal. Entre quem mora em bairros com a presença do crime organizado, a proporção dos que relatam fraude/desvio de recursos de seus aplicativos ou contas sobe de

12,4% para 16,6%; a dos que dizem ter sido vítima de golpe e perdido dinheiro vai de cerca de 15,8% para 21,4%; e a dos que afirmam ter algum familiar ou conhecido assassinado passa de 13,1% para 17,6%. Também cresce a proporção dos que dizem que foram ou tiveram algum conhecido vítima de bala perdida, de 9,7% para 13,3%. Em todos esses casos, a diferença gira em torno de 4 a 5 pontos percentuais, o que sugere que esses territórios concentram não apenas mais crime direto, mas também mais exposição a círculos sociais marcados pela violência.

- O percentual dos que tiveram o celular furtado ou roubado sobe de cerca de 8,3% para 12,1%; o dos que foram roubados ou assaltados na rua vai de 6,5% para 10,3%; o dos que foram roubados à mão armada cresce de 3,8% para 6,5%; e o dos que tiveram a residência invadida ou arrombada passa de 3,6% para 5,1%. Há ainda aumento no indicador de quem teve algum familiar ou conhecido morto durante assalto, de 6,2% para 8,8%.



Medo do crime e da violência

- Os maiores medos relatados são: golpe pela internet/celular (83,2%), roubo à mão armada (82,3%), ser morto durante um assalto (80,7%), ter o celular furtado ou roubado (78,8%), ser roubado/assaltado na rua (78,6%), “bala perdida” (77,5%), ter a residência invadida (76,1%) e ser assassinado (75,1%).
- Os dados revelam que 96,2% dos brasileiros com 16 anos ou mais têm medo de ao menos uma das situações apresentadas. Trata-se, portanto, de um sentimento quase universal, que não se restringe a grupos específicos nem a experiências isoladas, mas estrutura a relação dos indivíduos com o espaço urbano, com seus bens, com o próprio corpo e com o ambiente digital.
- Em relação ao sexo, mulheres relataram mais medo do que os homens nas treze situações listadas. Mas as mulheres não apenas temem mais: elas temem de forma mais abrangente e menos segmentada. No universo masculino, a hierarquia do medo é mais seletiva e mais concentrada em crimes patrimoniais e eventos violentos de rua. No universo feminino, a agenda do medo articula simultaneamente violência patrimonial, violência letal, violência sexual, violência no espaço doméstico e limitação da mobilidade cotidiana.
- No cruzamento do medo com a variável raça/cor do entrevistado, fica claro que o medo da violência é racialmente desigual na sociedade brasileira, o que parece refletir os diferentes níveis de exposição ao risco, dado que as maiores diferenças se concentram nas violências mais graves, com resultado letal, indicando uma percepção mais intensa de vulnerabilidade entre a população negra.
- Outro cruzamento relevante para compreender o medo do brasileiro do crime e da violência é com a classificação econômica. De modo geral, é possível afirmar que as classes D/E têm mais medo do que as classes A/B, de modo que quanto mais vulnerável economicamente, maior a intensidade do medo. Vale ressaltar, no entanto, que a mudança não é apenas relativa à intensidade do medo, mas assim como na divisão por sexo, entre as diferentes classes econômicas, a hierarquia dos medos é distinta.



Vitimização

- 40,1% dos entrevistados afirmam ter vivido ao menos uma das treze situações investigadas nos últimos 12 meses, o equivalente a 66,8 milhões de pessoas que tiveram alguma experiência direta ou indireta com o crime e a violência.
- Em termos de frequência, a situação mais vivenciada pelo brasileiro – com 15,8% - foi ser “vítima de um golpe e perdeu dinheiro pela internet ou celular”, o que corresponde a cerca de 26,3 milhões de pessoas. Chama a atenção que a maior vitimização é também o maior medo sinalizado pela população na bateria anterior, indicando que o medo não é abstrato, mas tem a ver com a experiência concreta das pessoas.
- A segunda situação com maior frequência é “teve algum familiar ou conhecido assassinado”, com 13,1% ou cerca de 21,9 milhões de pessoas.
- A terceira situação mais frequente foi ter sido “vítima de fraude/desvio de recursos de aplicativos bancários ou PIX”, com 12,4%, o equivalente a aproximadamente 20,7 milhões de pessoas.
- Foi ou teve algum conhecido vítima de bala perdida aparece na quarta posição, com 9,7%, cerca de 16,1 milhões.
- Ter o celular furtado ou roubado atinge 8,3% da população, o equivalente a cerca de 13,9 milhões de pessoas. A sexta situação mais frequente em termos de vitimização foi “ser roubado ou assaltado na rua”, que atingiu 6,5% da população, o equivalente a 10,9 milhões de pessoas. Na sequência aparece “ter algum familiar ou conhecido morto durante um assalto”, com 6,2% de respostas positivas, aproximadamente 10,4 milhões de habitantes.
- Ser vítima de um roubo à mão armada atingiu 3,8% da população nos últimos doze meses, o que corresponde a cerca de 6,3 milhões de pessoas. Ou seja, mesmo diante de

uma redução substancial dos roubos em geral, os números ainda são suficientemente elevados, indicando que a violência de rua cotidiana segue altamente disseminada.

- Por fim, os eventos menos frequentes, mas ainda socialmente relevantes são: ter a residência invadida ou arrombada (3,6%, cerca de 5,9 milhões), agressão física por parceiro íntimo ou ex-parceiro (3,8%, cerca de 6,2 milhões), agressão física por escolha política ou partidária (2,2%, cerca de 3,6 milhões), ter a aliança ou outra joia arrancada em um assalto (1,7%, cerca de 2,8 milhões) e agressão sexual (1,4%, cerca de 2,3 milhões).
- Quando cruzamos a vitimização com o sexo, verificamos que os homens aparecem mais vitimizados na maior parte das situações listadas, sobretudo naquelas associadas à violência urbana, patrimonial e de rua, enquanto as mulheres se destacam nos eventos ligados à violência sexual.
- Entre os homens, os percentuais mais altos concentram-se em ocorrências tipicamente associadas ao espaço público e à circulação cotidiana. Eles apresentam maiores taxas de vitimização do que as mulheres em golpe com perda de dinheiro pela internet ou celular (17,6% contra 14,1%), fraude/desvio em aplicativos bancários ou PIX (13,4% contra 11,6%), celular furtado ou roubado (9,2% contra 7,6%), roubo ou assalto na rua (7,6% contra 5,5%), roubo à mão armada (4,7% contra 3,0%) e agressão física por escolha política ou partidária (2,9% contra 1,5%).
- As mulheres aparecem com maior taxa de vitimização nas formas de violência mais associadas ao corpo, à sexualidade e às relações íntimas. O caso mais explícito é o de agressão sexual, em que o percentual feminino é o dobro do masculino (1,8% contra 0,9%).
- A análise da vitimização, cruzada com o perfil racial do entrevistado, revela que os entrevistados negros apresentam percentuais mais altos de vitimização na maior parte dos itens, sobretudo naqueles ligados à violência letal indireta e aos crimes patrimoniais de rua. Ao mesmo tempo, há alguns casos em que as diferenças são pequenas ou praticamente inexistentes, especialmente nos crimes digitais e em certos eventos de menor incidência.
- A diferença mais expressiva aparece no indicador de vitimização indireta por homicídio: entre negros, 15,0% afirmam ter tido algum familiar ou conhecido assassinado, contra 9,8% entre brancos. Também são relevantes as diferenças em ter o celular furtado ou roubado, com 9,2% entre negros e 7,1% entre brancos, e em ter sido roubado ou assaltado na rua, com 7,2% contra 4,8%. Há ainda distâncias importantes em ter sido ou ter algum conhecido vítima de bala perdida (10,1% entre negros e 8,4% entre brancos)

e em ter sido roubado à mão armada (4,4% contra 2,9%). A classe econômica é outra variável que reorganiza o tipo de vitimização a que os grupos estão mais expostos. Os dados mostram dois grandes grupos de risco: de um lado, as classes D/E mais expostas à violência interpessoal, territorial e de entorno; de outro, as classes A/B mais expostas à vitimização financeira e digital.

- Entre as classes D/E encontramos as maiores taxas de roubo à mão armada (5,3%, contra 3,0% na classe C e 3,7% em A/B), agressão sexual (2,5%, ante 1,1% e 0,6%), agressão física por escolha política ou partidária (3,5%, ante 1,4% e 2,2%) e, sobretudo, agressão física por parceiro íntimo ou ex-parceiro (6,4%, contra 3,1% e 1,8%). Também é entre os mais pobres aparecem os maiores percentuais de familiar ou conhecido assassinado (15,2%) e de bala perdida (11,8%). Em termos analíticos, isso indica que a desigualdade social impacta substancialmente a exposição à violência, mais próxima e mais entranhada no cotidiano.
- A vitimização por golpe com perda de dinheiro pela internet ou celular cresce fortemente conforme a classe sobe: 10,2% em D/E, 16,3% na classe C e 21,8% em A/B. O mesmo ocorre com fraude ou desvio de recursos de aplicativos bancários ou PIX, que vai de 9,2% em D/E para 13,4% na classe C e 14,5% em A/B. Aqui, a hipótese interpretativa mais plausível é a de que a exposição ao crime depende também da inserção financeira e digital: quanto maior a bancarização, o uso de aplicativos de compras, o volume de transações e o valor potencial acessível, maior a probabilidade de ser vítima destes delitos.
- A análise dos dados de vitimização por porte do município sugere que a vitimização cresce, em geral, com o tamanho da cidade — mas não de maneira totalmente linear nem igual para todos os tipos de ocorrência. O padrão mais nítido aparece nos crimes contra o patrimônio e nas fraudes, que se concentram nos municípios maiores. Nas cidades com mais de 500 mil habitantes, os percentuais são os mais altos em golpe com perda de dinheiro pela internet ou celular (19,2%), celular furtado ou roubado (13,2%), roubo ou assalto na rua (11,6%), roubo à mão armada (6,7%), joia arrancada em assalto (3,0%), agressão sexual (2,4%) e fraude/desvio em aplicativos bancários ou PIX (14,4%).
- Olhando para os municípios de médio porte, alguns crimes se destacam: Para “teve sua residência invadida ou arrombada” o pico (5,9%) se dá nos municípios de 200 a 500 mil habitantes. Já a agressão por parceiro íntimo se destaca mais nas cidades de 50 mil a 200 mil habitantes (5,0%) e nas pequenas (4,5%) do que nas grandes metrópoles (3,6%).



Mudança de comportamento por causa da violência

- As mudanças mais frequentes são mudar um percurso rotineiro (36,5%), deixar de sair à noite (35,6%) e deixar de sair com o celular (33,5%). Logo depois aparecem retirar aliança ou outros acessórios para andar na rua (26,8%), deixar de adquirir um bem por medo de roubo ou furto (22,5%) e mudar algum outro comportamento (19,4%). Os dados indicam que a principal resposta social ao medo não é o recolhimento absoluto, mas a gestão cotidiana do risco: as pessoas continuam vivendo, mas passam a fazê-lo de modo defensivo, recalculando trajetos pela cidade, horários, objetos expostos e decisões de consumo.
- Os comportamentos mais alterados correspondem, em grande medida, aos medos mais altos ligados à circulação urbana: roubo na rua, roubo à mão armada, morte durante assalto e furto ou roubo de celular. Ou seja, o que mais reorganiza a vida não é apenas a violência extrema em si, mas a expectativa de exposição à violência em situações banais do cotidiano — andar na rua, sair à noite, portar celular, usar determinados acessórios de maior valor, seguir o caminho habitual. Isso tem impactos simbólicos, mas também econômicos: a violência, ou o medo dela, corrói consumo, bem-estar e sensação de normalidade.





FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

Datafolha
INSTITUTO DE PESQUISAS

RESUMO EXECUTIVO

Medo do crime e eleições 2026: os gatilhos da insegurança

RESUMO EXECUTIVO

Medo do crime e eleições 2026: os gatilhos da insegurança

RESUMO EXECUTIVO

Medo do crime e eleições 2026: os gatilhos da insegurança

